

# RADAR TRABALHISTA

CPRT  
COMISSÃO DE  
POLÍTICA DE  
RELAÇÕES  
TRABALHISTAS

CBIC



Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 199 – 17/05 à 21/05/2021

## Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

## Destaque da Semana

[Primeira Conferência Internacional do Trabalho virtual é inaugurada](#)

Organização Internacional do Trabalho - 20/05/2021

Foi inaugurada a [109ª Conferência Internacional do Trabalho \(CIT\)](#), a primeira a ser realizada virtualmente devido às restrições causadas pela pandemia da COVID-19. Omar Zniber, embaixador e representante Permanente do Reino de Marrocos no Escritório das Nações Unidas e outras organizações internacionais em Genebra, foi eleito presidente da Conferência durante a sessão de abertura, realizada em 20 de maio de 2021. Ele descreveu sua eleição como “uma fonte de orgulho” para seu país e a região africana.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



## Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

### [Pedido de vista suspende julgamento sobre necessidade de negociação coletiva antes de demissão em massa](#)

Supremo Tribunal Federal - 20/05/2021

Pedido de vista do ministro Dias Toffoli interrompeu, nesta quinta-feira (20), o julgamento do Recurso Extraordinário (RE 999435), com repercussão geral (Tema 638), que discute a necessidade de negociação coletiva antes de demissões em massa. Até o momento, três ministros entenderam que não há previsão legal que obrigue a negociação prévia nas hipóteses de demissões coletivas ou em massa, entre eles o relator, ministro Marco Aurélio. De outro lado, dois ministros votaram para reconhecer a obrigatoriedade da negociação, em divergência aberta pelo ministro Edson Fachin.

### [Trabalhador com deficiência pode ser considerado dependente para dedução do IR](#)

Supremo Tribunal Federal - 19/05/2021

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que, na apuração do imposto sobre a renda, a pessoa com deficiência com mais de 21 anos e capacitada para o trabalho pode ser considerada dependente, quando sua remuneração não exceder as deduções autorizadas por lei. Na sessão virtual encerrada em 14/5, o Plenário, por maioria de votos, julgou parcialmente procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5583, ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

### [Irregularidades em intervalos e descanso em empresa de ônibus não caracterizam dano coletivo](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 21/05/2021

O MPT levou o caso ao TST, pedindo a reforma da decisão que não reconheceu o dano moral coletivo. O relator do recurso de revista, ministro Agra Belmonte, considerou o caso atípico, uma vez que, apesar da multa imposta, o TRT havia entendido que não era o caso

de dano moral, pois a conduta ilícita atingira poucos trabalhadores, sem gravidade suficiente para caracterizar afronta aos valores fundamentais da sociedade. Para o relator, o caso não oferece transcendência com relação aos reflexos de natureza social, política ou jurídica previstos no artigo 896-A, parágrafo 1º, incisos II, III e IV, da CLT.

### [TST admite recurso da Fiesp contra recolhimento de contribuição sindical de empregados](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 20/05/2021

A Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) pode recorrer de decisão que fixou normas para as empresas recolherem e repassarem aos sindicatos dos trabalhadores as contribuições assistenciais dos empregados nas indústrias de calçados de São Paulo e Cotia (SP). Por maioria, os ministros entenderam que o procedimento gera ônus econômico para as empresas, o que justifica o direito de recorrer.

### [Justiça do Trabalho deve julgar ação em que mecânico questiona omissão do sindicato](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 19/05/2021

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a competência da Justiça do Trabalho para julgar a reclamação trabalhista movida por um ex-mecânico da Ford do Brasil, de Taubaté (SP), contra o Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região. Ele pede indenização por danos morais de R\$ 50 mil, alegando que a entidade foi omissa e conivente com a sua demissão e a de mais 135 empregados, ocorrida em 2015.

### [Analista de sistemas não receberá horas de sobreaviso por uso contínuo de celular](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/05/2021

O relator do recurso de revista da empresa, desembargador convocado João Pedro Silvestrin, destacou que a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1), órgão uniformizador do TST, interpretando a [Súmula 428](#) do TST, concluiu que o simples uso de aparelho celular não configura sobreaviso. Para tanto, é necessário, também, que o empregado esteja em regime de prontidão, aguardando, a qualquer momento, o chamado para o serviço durante o período de descanso. Essa situação, porém, não ficou caracterizada no caso.

### [Contrato de experiência após dispensa da mesma função é considerado fraude](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/05/2021

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho anulou o contrato de experiência firmado pela Louis Dreyfus Company Sucos S.A. com um colhedor de laranjas de Batatais

(SP) para a mesma função da qual fora dispensado três meses antes. Para os ministros, a agroindústria desvirtuou a finalidade do contrato de experiência e fraudou a legislação trabalhista.

### [MPT pode questionar desconto de contribuições de empregados não sindicalizados](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/05/2021

A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso do Sindicato dos Empregados dos Agentes Autônomos no Comércio do Rio Grande do Sul (SEAACOM/RS) contra o reconhecimento da legitimidade do Ministério Público do Trabalho (MPT) para questionar desconto salarial a título de contribuição assistencial para empregados não filiados à entidade. O MPT ajuizou, em 2014, ação civil pública para pleitear que o sindicato se abstivesse de instituir a obrigatoriedade da contribuição assistencial, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho, também a trabalhadores não filiados, salvo mediante expressa e prévia autorização individual.

### [Turma afasta autorização para desconto de contribuição sindical por norma coletiva](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/05/2021

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho julgou improcedente a pretensão do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação e Trabalhadores na Limpeza Urbana de Araraquara, São Carlos, Matão e Região, com sede em Araraquara (SP), de desconto das contribuições sindicais dos empregados da Sodexo Facilities Ltda. Embora houvesse previsão em norma coletiva, para o colegiado, com a alteração introduzida pela Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017), para que o desconto seja realizado é necessário que a autorização seja individual.



## Notícias do Executivo

### [Governo espera encerrar centenas de litígios com nova modalidade de acordo](#)

Ministério da Economia - 21/05/2021

O governo federal lançou o [edital 11/2021](#) para permitir que contribuintes possam aderir a acordo de transação no contencioso tributário, a fim de encerrar discussões administrativas ou judiciais. O objetivo da medida, segundo o procurador-geral da Fazenda Nacional, Ricardo Soriano, é harmonizar o interesse público com o privado e assim reduzir a litigiosidade e as discussões, seja em âmbito judicial ou administrativo, em torno da tese que trata da participação nos lucros ou resultados tanto dos diretores das empresas como dos empregados.

### [Carteira de Trabalho Digital ultrapassa 344 milhões de acessos](#)

Ministério da Economia - 21/05/2021

Com mais de 344 milhões de acessos, a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS Digital) é o aplicativo mais baixado no portal Gov.br, recebeu o prêmio iBest Top 3 em serviços digitais de governo e vem transformando dia a dia o acesso a informações da vida laboral de brasileiros. A solução tecnológica foi desenvolvida pela Dataprev para a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e passou a registrar um aumento expressivo de novos usuários desde o ano passado, em razão do cenário de pandemia. Foram mais de 270 milhões de acessos apenas em 2020.

### [Pronampe e Marco Legal das Startups vão à sanção presidencial](#)

Ministério da Economia - 20/05/2021

Foi aprovado no último dia 11 de maio, no Congresso Nacional, o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e o Marco Legal das Startups. Os dois programas – que tiveram a participação na sua elaboração da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia

(Sepec/ME) – irão promover mudanças em suas regulamentações de modo a auxiliar permanentemente às micro e pequenas empresas e beneficiar as startups. As matérias aguardam a sanção presidencial.

### [Ministério da Economia apresenta em webinar projetos-piloto de Análise de Impacto Regulatório](#)

Ministério da Economia - 17/05/2021

O subsecretário de Inspeção do Trabalho (STRAB/SEPRT), Rômulo Machado e Silva, considera a implantação da AIR um “divisor de águas” na produção normativo-regulatória. São milhões de normas já produzidas sem que tenha sido previamente avaliado o impacto regulatório. Com a expansão da obrigatoriedade da AIR para os demais órgãos da Administração Pública Federal, será melhorada a qualidade da regulação, a partir da qualificação e da robustez técnica em todo o processo decisório.

### [Acompanhamento de obras passará a ser feito por sistema eletrônico](#)

Ministério da Economia - 17/05/2021

Os empresários que participam das licitações públicas realizadas a partir de transferências da União serão beneficiados pela implantação de um novo módulo na Plataforma +Brasil, gerenciada pelo Ministério da Economia (ME). A partir desta segunda-feira (17/5), o acompanhamento e a comprovação do andamento das obras serão realizados de forma eletrônica e automática. A União repassa pela Plataforma +Brasil cerca de R\$ 24 bilhões por ano.

## Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Trabalhadores com mais de 60 anos e suscetíveis às formas graves da Covid devem ser afastados do trabalho presencial, alerta MPT](#)

Ministério Público do Trabalho - 21/05/2021

O Ministério Público do Trabalho (MPT) em Alagoas faz um alerta a empresas e instituições públicas, ao reforçar que trabalhadores com 60 anos ou mais e aqueles mais suscetíveis a contrair as formas mais graves da Covid-19 devem, preferencialmente, ser afastados do trabalho presencial. A informação é do procurador Luiz Felipe dos Anjos, integrante do Grupo de Trabalho criado pelo MPT no estado para planejar e executar ações de combate à doença.

## Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[De janeiro a maio, 314 trabalhadores já foram resgatados do trabalho escravo no país](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 17/05/2021

De acordo com o Radar, de janeiro até 13 de maio foram concluídas 72 ações fiscais para a erradicação do trabalho análogo ao escravo, sendo que 37 foram autuados por submeterem um total de 314 trabalhadores a essas condições. Para efeito comparativo com o ano anterior, de janeiro a maio de 2020 haviam sido concluídas 26 ações fiscais e 30 trabalhadores tinham sido resgatados.



## Notícias do e-Social

### [Nova Versão 1.5.1 da EFD - Reinf](#)

eSocial - 21/05/2021

A suspensão temporária na implantação da versão S-1.0 do eSocial, em consequência de problemas apontados pela Dataprev na internalização dos eventos em seus sistemas, além de impactos no próprio eSocial, também resultou em impactos na EFD-Reinf, conforme apontados a seguir:

- a) A implantação do evento R-2055, que faz parte da versão 1.5.1 dos leiautes da EFD-Reinf, fica suspensa;
- b) As informações de aquisição de produção rural devem continuar a ser prestadas no eSocial utilizando o evento S-1250, até que a versão S-1.0 entre em produção;
- c) O envio do evento R-2010 por pessoas físicas, nas situações permitidas, também fica suspenso;

### [Liberado envio de eventos periódicos para as pessoas jurídicas do 3º Grupo](#)

eSocial - 20/05/2021

A suspensão temporária da implantação da versão S-1.0 do eSocial levou ao bloqueio dos eventos periódicos das empresas e pessoas físicas do 3º Grupo de obrigados, para avaliação dos impactos desse adiamento, no dia 14/05, às 20h. Após análise inicial, concluiu-se pelo desbloqueio do envio dos eventos para as pessoas jurídicas pertencentes ao 3º Grupo de obrigados, o que foi feito hoje (20), às 11h. Esses eventos devem ser transmitidos na versão 2.5 (consolidada até a Nota Técnica 20/2020).

## Outras Notícias

### [“Fato do príncipe” não se aplica em casos de restrições contra Covid-19](#)

Consultor Jurídico - 22/05/2021

Não é aplicável a tese de “fato do príncipe” às demissões causadas pelas dificuldades decorrentes de restrições governamentais para contenção da crise de Covid-19. Dessa forma, a 6ª Vara do Trabalho de Fortaleza condenou uma empresa a pagar verbas rescisórias a um churrasqueiro.

### [Ausência de pagamento de FGTS gera rescisão indireta de contrato de trabalho](#)

Consultor Jurídico - 21/05/2021

A ausência ou irregularidade no recolhimento dos depósitos do FGTS, mesmo existindo acordo de parcelamento com a Caixa Econômica Federal, pode resultar em rescisão indireta do contrato de trabalho — a chamada justa causa do empregador. Com esse entendimento, a 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região reconheceu à reclamante o direito à rescisão indireta de seu contrato de trabalho.

### [Justiça manda reclamante apresentar IR para provar que não pode pagar honorários](#)

Consultor Jurídico - 18/05/2021

A 19ª Vara do Trabalho de Brasília ordenou que o autor de uma ação trabalhista apresente a declaração do Imposto de Renda de pessoa física e jurídica para comprovar que não tem condições para pagar honorários ao advogado da empresa.

### [Remuneração da gestante durante a pandemia: de quem é este filho?](#)

Consultor Jurídico - 18/05/2021

A nova Lei 14.151, publicada em 13 de maio de 2021 e com vigência imediata, determina o

o afastamento das empregadas gestantes do trabalho presencial durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do coronavírus, colocando-as à disposição do empregador para, em domicílio, empreender teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância.

### [TRT-2 valida dispensa de educadora feita por WhatsApp](#)

Consultor Jurídico - 17/05/2021

Mensagens trocadas por WhatsApp são amplamente aceitas como meio de prova nos tribunais. Dessa forma, a 18ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região manteve a validade da dispensa de uma educadora de ensino infantil feita por meio do aplicativo de mensagens.

### [O Brasil na lista da OIT e as políticas internacionais de preservação de empregos na pandemia](#)

Agência de Notícias da CNI - 21/05/2021

O Brasil figura na lista preliminar, recentemente divulgada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), de possíveis casos de violação a tratados internacionais que poderão ser discutidos em junho próximo durante a Conferência Internacional do Trabalho (CIT). Essa lista é elaborada anualmente, a partir do relatório do Comitê de Peritos em Aplicação de Normas Internacionais da OIT, que subsidia as discussões da CIT deste ano, e que, sobre o Brasil, tratou da Lei 13.467/2017, a reforma trabalhista, e das Medidas Provisórias (MP) 927/2020 e 936/2020, medidas trabalhistas adotadas para enfrentamento da pandemia.

### [Negociação coletiva sobe ao maior nível desde a reforma trabalhista](#)

Poder360 - 20/05/2021

A crise causada pela pandemia de covid-19 elevou o número de negociações coletivas de trabalho ao maior patamar desde 2017, quando o país discutia a reforma trabalhista. A conclusão é da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), que contabilizou aumento de 36% nas negociações realizadas no Brasil nos 4 primeiros meses de 2021. De acordo com o Salariômetro da Fipe, as empresas e os trabalhadores brasileiros firmaram 32.833 acordos e convenções coletivas de janeiro a abril deste ano. No mesmo período de 2020, foram 24 mil. Em 2019 e 2018, as negociações somaram cerca de 25,5 mil. O volume registrado neste ano, portanto, é o maior para o período desde a aprovação da reforma trabalhista, em 2017. Eis a [íntegra](#) do estudo.



## Atos Normativos

[PORTARIA INSS N° 1.298, DE 11 DE MAIO DE 2021](#) (DOU de 17/05/2021 Seção I Pág. 45) - Dispõe sobre os critérios para operacionalização dos procedimentos especiais a serem observados até 31 de dezembro de 2021, na análise dos requerimentos do auxílio por incapacidade temporária de que tratam os arts. 59 a 63 da Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, nos termos do disposto no art. 6° da Lei n° 14.131, de 30 de março de 2021, e na Portaria Conjunta SEPRT/ME/INSS n° 32, de 31 de março de 2021;

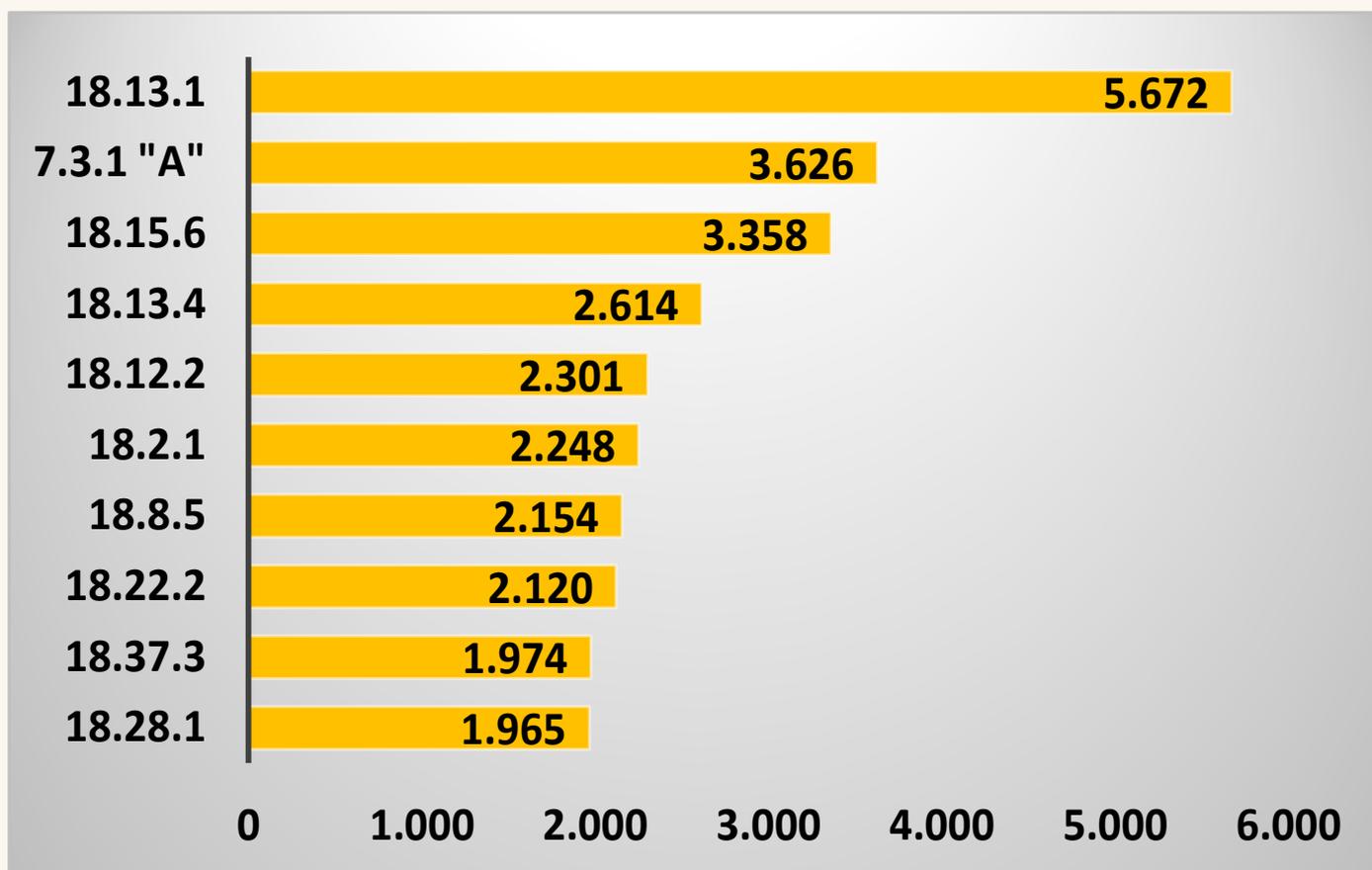
[PORTARIA MDR N° 959, DE 18 DE MAIO DE 2021](#) (DOU de 19/05/2021 Seção I Pág. 155) - Dispõe sobre os requisitos para a implementação de empreendimentos habitacionais no âmbito da linha de atendimento Aquisição subsidiada de imóveis novos em áreas urbanas, integrante do Programa Casa Verde e Amarela;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS N° 117, DE 19 DE MAIO DE 2021](#) (DOU de 21/05/2021 Seção I Pág. 64) - Altera a Instrução Normativa n° 77/PRES/INSS, de 21 de janeiro de 2015 (Revisão da pensão por morte);



## Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais fiscalizados pela Auditoria Fiscal do Trabalho do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2021 (jan/abr):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

**Itens mais fiscalizados:** É a soma de todas as rubricas utilizadas pelos Auditores Fiscais do Trabalho durante o exercício da fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) nos estabelecimentos empresariais. Esse quantitativo leva em consideração o número de “notificações/autuações”, “embargos”, “interdições” e “regularizado na ação fiscal”. Os atos fiscais do ME na área das relações de trabalho são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

**18.13.1** É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.

**7.3.1** Compete ao empregador:

**a)** garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

**18.15.6** Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

**18.13.4** É obrigatória, na periferia da edificação, a instalação de proteção contra queda de trabalhadores e projeção de materiais a partir do início dos serviços necessários à concretagem da primeira laje.

**18.12.2** As escadas de uso coletivo, rampas e passarelas para a circulação de pessoas e materiais devem ser de construção sólida e dotadas de corrimão e rodapé.

**18.2.1** É obrigatória a comunicação à Delegacia Regional do Trabalho, antes do início das atividades, das seguintes informações:

- a) endereço correto da obra;
- b) endereço correto e qualificação (CEI, CGC ou CPF) do contratante, empregador ou condomínio;
- c) tipo de obra;
- d) datas previstas do início e conclusão da obra;
- e) número máximo previsto de trabalhadores na obra

**18.8.5.** É proibida a existência de pontas verticais de vergalhões de aço desprotegidas.

**18.22.2** Devem ser protegidas todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores.

**18.37.3** É obrigatório o fornecimento gratuito pelo empregador de vestimenta de trabalho e sua reposição, quando danificada.

**18.28.1** Todos os empregados devem receber treinamentos admissional e periódico, visando a garantir a execução de suas atividades com segurança.

### **Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)**

*José Carlos Martins*

*Presidente*

### **Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)**

*Fernando Guedes Ferreira Filho*

*Presidente da CPRT*

*Gilmara Dezan*

*Gestora de Projetos e Assessora da CPRT*

### **Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas**

*Clovis Veloso de Queiroz Neto*

*Consultor CBIC e Responsável Técnico*

### **Projeto Gráfico**

*Paulo Henrique Freitas de Paula*